

# História e Ideologia no Estado Novo – A Revisão Integralista do Passado Nacional

Márcia Grilo  
Licenciada em Património Cultural pela Universidade do Algarve

## Introdução

O presente artigo, intitulado “História e Ideologia no Estado Novo – A Revisão Integralista do Passado Nacional” foi o tema por mim escolhido para a elaboração da minha tese de Licenciatura no curso de Património Cultural, onde pretendo demonstrar que a Cultura e a História não são assim tão passivas e apagadas da vida de uma sociedade. Muitas pessoas colocam em questão o real valor do conhecimento da História e por diversas vezes, ao questionarem o curso universitário que frequento, obtendo a resposta orgulhosa de que é Património Cultural, relacionado com todo o pensamento e acção do Homem através da sua existência ao longo dos séculos, entrando assim nos domínios da História da Arte, Arqueologia, Antropologia e História da Cultura, cujo objectivo do mesmo curso é preservar essa memória, essa identidade, e dar a mostrar às pessoas o que foram outros tempos anteriores aos nossos que, embora parecendo nada ter a ver com os tempos que decorrem mas que na realidade foram decisivos para os mesmos, a reacção é, na grande maioria dos casos, semelhante. Um certo ar de descrença, perguntando-me com o olhar “Se ainda fosse Medicina... que utilidade tem a Cultura a não ser satisfação pessoal do intelecto?”.

O que não compreendem é que não é ser-se erudito que importa. O importante é o uso que podemos e devemos dar a esse mesmo conhecimento, em que perceber as relações entre épocas passadas e a nossa nos fazem compreender o mundo de hoje. Nada se pode compreender sem primeiro se estabelecer uma relação entre os factos, pois acções implicam consequências, que por sua vez irão gerar outras acções e outras consequências e, sendo a História um processo contínuo onde tudo está relacionado e interligado, (inclusive as “rupturas” históricas, que também fazem parte desse mesmo processo de continuidade), é ela quem melhor nos pode ajudar a responder ao “porquê” de muitas coisas e a encontrar o melhor caminho de as resolver. Tal como o psicólogo clínico que pretende auxiliar o seu paciente a compreender, e a partir daí, resolver determinado problema, procurando encontrar na vida deste as origens do mesmo, muitas vezes remontando à infância, os problemas da sociedade actual também devem ser entendidos do mesmo modo. A Psicologia pretende entender os problemas dos Homens, a História os da Humanidade. Só recuando ao Passado se pode compreender o Presente e perceber rasgos do Futuro, e essa deverá ser a grande finalidade do conhecimento histórico, afastando-se do mero saber estéril de erudição. A aplicação de

conhecimentos de História tem a possibilidade de promover grandes benefícios à sociedade, adquirindo maior eficácia quando usada por dirigentes de Estados e Nações, podendo ajudar a solucionar inúmeros conflitos como, por exemplo, os relacionados com questões territoriais.

Tive a oportunidade de ler a obra de George Orwell, “1984”, emprestada por um amigo meu que me aconselhou vivamente a lê-la, e verifiquei, com algum assombro, como uma sociedade sem qualquer tipo de conhecimento histórico (não o erudito e factual que, como referi, é estéril, antes o de carácter crítico, científico e social) pode facilmente ser manipulada. O poder político, ao controlar a História e o Passado, consegue controlar o Presente e o Futuro, pois encontra nesse mesmo passado (que o próprio Poder pode manipular e adulterar), toda a legitimação das suas acções, levando as pessoas a acreditar no que se pretende que acreditem, sem que qualquer tipo de atitude crítica da sua parte se oponha.

Esta atitude por parte do poder político é típica dos regimes ditatoriais, sejam eles totalitários ou autoritários, o que quer dizer que estes, que tiveram a sua origem na Europa nas primeiras décadas do séc. XX, não se servem somente de meios directos, violentos e repressivos (acção do exército e das milícias, vigilância policial, prisão, tortura física e psicológica, censura) para exercer o seu poder. Usam também outros instrumentos, de resultados mais seguros e duradouros (e por isso mesmo, mais perigosos, porque não perceptíveis por parte da classe dominada), a conhecidíssima “lavagem cerebral” ou, para usar uma expressão de Weber, a “violência simbólica”, resultando na natural aceitação e consentimento por parte das massas de que o Poder a que estão sujeitas é legítimo, e que tudo o que o Poder afirma como verdadeiro, por todos assim o é considerado. A dita “lavagem cerebral” é efectuada através da veiculação e inculcação da ideologia do Estado, presente em todas as instituições e meios de comunicação, no quotidiano e na vida social (Igreja, imprensa, cinema, teatro, televisão, rádio, livros, comemorações, publicidade, etc.).

A instituição escolar e o ensino constituem, pois, instrumentos preciosos do controlo ideológico das massas, através dos quais se efectua a transmissão da ideologia à população, formando os seus valores, as suas atitudes, os seus pensamentos, orientando-a no sentido em que garanta a manutenção da ordem e da hierarquia social vigentes. E é ao nível do ensino escolar que se estabelece a relação entre História e Ideologia, surgindo assim a “história oficial” ou “história de regime”, aquela que o Estado, ao interpretá-la à sua maneira, ao procurar moldá-la à sua doutrina política e social, acabando por lhe retirar o seu carácter rigoroso, científico e pretensamente neutral, molda as mentalidades num sentido específico.

É esta a situação que vamos assistir aquando da instauração, primeiro da Ditadura Militar, e logo depois do Estado Novo, em Portugal, que imediatamente se ocuparam da revisão sistemática da História de Portugal, cuja historiografia, até então, se apresentava inconciliável com o novo regime. Através da acção dos seus ideólogos, antigos membros do movimento Integralismo Lusitano, cuja doutrina

casava perfeitamente com a do regime salazarista, vamos encontrar uma nova interpretação do passado nacional, apresentada como que um “negativo” da historiografia liberal.

Esta “verdade” seria então a “única” a existir em Portugal durante várias décadas.

### **O surgimento do Estado Novo em Portugal**

O Estado Novo, instaurado em Portugal no ano de 1932, não surgiu de um momento para o outro, como que espontaneamente. Foi hábil e pacientemente edificado por Salazar e pelos seus partidários nos anos que antecederam à sua institucionalização, como uma resposta face aos conflitos, à instabilidade e fragilidade política decorrentes da Ditadura Militar saída do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926.

Este Golpe Militar de 1926 foi, por sua vez, o culminar de uma situação política insustentável vivida pela I República<sup>1</sup> desde a sua instauração em Outubro de 1910. Tendo sido marcada por facciosismos e lutas entre os diversos partidos políticos, pela corrupção, pela instabilidade política e pela crise económica após a desastrosa participação de Portugal na Primeira Grande Guerra, foi a própria República Democrática que contribuiu para o descrédito do sistema parlamentar que lhe é característico. Começou-se a defender a existência de um governo estável, forte e autoritário, que conseguisse resolver os problemas políticos, económicos e sociais do país, aos quais o regime parlamentarista não estava a conseguir dar resposta. O estabelecimento de uma ditadura seria a solução mais conveniente.

E assim foi. Em 28 de Maio de 1926 deu-se o golpe militar que substituiu a República Parlamentar pela Ditadura Militar. O principal objectivo daqueles que a lideraram foi o de regenerar e renovar as instituições republicanas, sem existir uma revolta contra o regime republicano em si. Esta era a facção dos que viam a Ditadura Militar como um regime meramente transitório, onde estariam asseguradas a continuidade e a legitimidade constitucional.

Houve, no entanto, outro tipo de apoiantes da ditadura, os que a defendiam como *O Regime*. Eram estes os de ideologia anti-republicana (como os monárquicos integralistas e constitucionais), antidemocrática<sup>2</sup> (no caso dos simpatizantes ou saudosistas do Sidonismo, bem como alguns jovens entusiastas da nova moda

---

<sup>1</sup> Não faz muito sentido atribuir-se o nome de I República à República de 1910-1926, como não o faz em relação à II e à actual III República, visto nenhuma delas ter sido interrompida por algum período de Monarquia. Ou seja, a República é contínua em Portugal desde 1910. Mas para facilitar a situação do leitor no tempo, adopto a habitual designação de I República para o espaço de tempo entre 1910 e 1926.

<sup>2</sup> A concepção de Democracia daquela altura não deve ser confundida com a dos tempos que decorrem. Assim, a expressão “antidemocrática” aqui aplicada deve ser antes entendida como “antiparlamentar” e “anticonstitucional”.

totalitária que se via surgir nalguns países europeus) e ainda a Igreja, que se tinha visto afrontada por uma República laica.

Os primeiros anos que marcaram a Ditadura Militar acabaram então por sofrer da mesma incoerência e instabilidade da I República, onde cada ideologia lutava por se fazer valer no poder, chocando-se republicanos conservadores (que pretendiam a Ditadura com ligação aos membros dos antigos partidos), militares conservadores (que defendiam uma Ditadura Militar liderada pelas forças do Exército, facto que veio a suceder alguns meses após o Golpe), monárquicos constitucionais e integralistas (defensores de um regime monárquico, mas enquanto uns concordavam com o retorno ao sistema parlamentar, outros apoiavam a monarquia tradicional), a Igreja (que manifestava o seu apoio aos integralistas) e, mais tarde, a direita radical e fascista. Além dos conflitos internos, a Ditadura de 1926 foi também atacada pelos democráticos e pela esquerda republicana aquando das Revoltas Revirahistas, iniciadas em 1927.

Foi no decorrer desta situação crítica que, a 27 de Abril de 1928, António Oliveira Salazar entrou para o Ministério das Finanças. Por ter conseguido equilibrar as finanças<sup>3</sup> e salvo o país da bancarrota através de uma política rígida e severa<sup>4</sup> e, conseqüentemente, devolver a estabilidade económica ao país, Salazar tornou-se no protegido do então Presidente da República, o general Oscar Carmona<sup>5</sup>, o que fez com que a sua influência e a dos seus apoiantes começasse a pesar cada vez mais nos meios políticos.

O primeiro passo dado pelos salazaristas foi o de, aliados aos membros da direita católica, integralista e fascizante<sup>6</sup>, começar por afastar do poder a influência do republicanismo conservador que tencionava um futuro retorno ao sistema parlamentar e demoliberal, o que não era de todo desejável<sup>7</sup>. Em 1930 o republicanismo conservador estava afastado do poder.

---

<sup>3</sup> A severidade da sua política financeira fez com que conseguisse, para o ano financeiro de 1928-1929, o primeiro orçamento positivo em quinze anos!

<sup>4</sup> Tanto mais que teria ficado conhecido pelo "ditador das finanças".

<sup>5</sup> A facção que acabou a tomar o poder alguns meses após o Golpe Militar de 1926, e sucedidos alguns golpes de estado, foi precisamente a dos militares conservadores, defensores da forma republicana de regime e que pretendiam a ditadura como um regime de transição.

<sup>6</sup> A esta data ainda não existia um movimento fascista verdadeiramente instituído, visto o Nacional-Sindicalismo somente ter surgido no ano de 1932. No entanto, algumas tendências fascistas iam afirmando-se, essencialmente entre os elementos pertencentes à 2ª geração do Integralismo Lusitano (na qual se destacou Rolão Preto). Estes, futuros fundadores do Movimento Nacional Sindicalista, apologistas de um Estado antiliberal, antidemocrático, anti-partidário, anticomunista, nacionalista, totalitário e orgânico, viam em Salazar aquele que melhor podia servir os seus propósitos e realizar o seu ideal de "revolução nacional", não hesitando em prestar-lhe todo o seu apoio para afastar definitivamente de cena o republicanismo moderado.

<sup>7</sup> O sector que estava no poder, ou seja, o dos republicanos / militares conservadores (ou moderados), acordava que após um período de cessão das liberdades, durante o qual a ordem popular, política e administrativa fossem finalmente restabelecidas, se retomasse então o sistema liberal e democrático, a

O seguinte passo consistiu em afastar a influência das restantes direitas, que julgavam Salazar o verdadeiro executor dos seus objectivos.

Foi uma real separação de águas que desiludiu muitos, embora pouco tempo depois se tivesse conseguido o consenso entre as diversas direitas da Direita, sob a hegemonia salazarista. A materialização deste ideal conheceu a sua génese num discurso apresentado publicamente por Salazar em Julho de 1930 (que ainda permanecia o “tão somente” Ministro das Finanças), que lançou o programa da União Nacional, uma organização política não partidária, cujo objectivo era o de reunir em si todos os que, independentemente dos seus ideais ou filiação partidária, aceitassem apoiar a Ditadura<sup>8</sup>.

A 5 de Julho de 1932, Salazar tornou-se no novo Chefe de Governo, e o Estado Novo consolidou-se a 11 de Abril de 1933, data em que a Constituição entrou em vigor.

A estratégia salazarista, apesar das agitações e insatisfações que provocou nas diferentes facções ideológicas, revelou-se demonstrativa de um verdadeiro sentido pragmático que não excluiu nenhuma das forças contraditórias entre si, antes as atraiu, reuniu-as em torno do seu programa político e ideológico, neutralizou-as e conciliou-as de modo a servirem de base segura e de apoio ao novo regime, o Estado Novo.

Foi neste âmbito que as forças integralistas contribuíram para a modelação ideológica do regime, uma vez que este também colheu influência da doutrina do Integralismo Lusitano. Os integralistas que aceitaram integrar a União Nacional e apoiar o Governo foram, a par de elementos de formação católica, os seus mais importantes ideólogos.

### **A Ideologia Integralista**

A partir da criação da União Nacional, e posteriormente, da institucionalização do Estado Novo, os antigos membros do Integralismo Lusitano dispuseram-se a apoiar o Estado Salazarista em termos doutrinários e ideológicos. Estes, que contribuíram largamente para a formação ideológica do novo regime, foram encarregues da tarefa de proceder à revisão e à reescrita da História de Portugal de acordo com a ideologia propagada pelo Estado Novo e com as normas por ele ditadas para a elaboração dos manuais de História, do ensino primário e

---

desejada “República renovada” efectuada através de um Estado com pulso firme, forte e estável do tipo presidencialista. O modelo político seria portanto um presidencialismo nacionalista, mas democrático.

<sup>8</sup> “Com o anúncio público da União Nacional, o Governo apelou às forças nacionalistas (monárquicos constitucionais e integralistas, católicos centristas, republicanos e liberais conservadores) para se congregarem à sua volta para o secundar política e civicamente, no seu designio legitimador e constituinte.”, Manuel Braga da CRUZ, “A revolução nacional de 1926: da Ditadura Militar à formação do Estado Novo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1986, p. 95.

secundário. O que dotou a história e o passado nacional do País de uma visão essencialmente integralista.

Conheçamo-la melhor: surgido logo após a implantação da República em 1910 como um movimento essencialmente doutrinário, entre os meios académicos mais reaccionários da Universidade de Coimbra, o Integralismo Lusitano teve como bases essenciais a doutrina de intelectuais nacionalistas franceses, como Charles Maurras, e do pensamento contra-revolucionário nacional do séc. XIX.

Composto essencialmente por monárquicos e católicos, desde sempre se consideraram opostos à doutrina liberal, à democracia, ao parlamentarismo<sup>9</sup>, ao bolchevismo, bem como à forma republicana do regime<sup>10</sup>, afirmando-se, por outro lado, reaccionários, nacionalistas, tradicionalistas, corporativistas, regionalistas e defensores do sindicalismo orgânico, dotados de critérios próprios ao catolicismo social, e monárquicos integrais, rejeitando qualquer monarquia ligada ao constitucionalismo, fazendo antes a apologia do autoritarismo como forma de exercício do poder governamental, chegando mesmo a aprovar e aproximar-se dos movimentos nacionalistas e autoritários ocorridos na Itália de Mussolini e na Espanha de Primo de Rivera.

Foi portanto o Estado liberal o principal alvo de todas as suas críticas, e foi no sentido da sua superação que se alicerçou toda a nova organização estrutural da sociedade. Sendo o Liberalismo um sistema pretensamente democrático, parlamentar e baseado no indivíduo, contribuíra para a desagregação da unidade nacional, para a sobreposição dos interesses privados sobre os comuns e nacionais, para a anarquia e degradação da sociedade que não seria outra coisa que um mero agrupamento de Homens e interesses. Por outro lado, o princípio eleitoral não era de modo algum compatível com a natural hierarquização social<sup>11</sup>.

A alternativa não seria outra que a de nacionalizar o Estado unicamente através da recuperação das formas tradicionais sobre as quais se originou e

---

<sup>9</sup> O principal objectivo dos integralistas foi superar o Estado liberal e todo o parlamentarismo e democracia individualista que lhe era inerente, questão esta que podia mesmo superar a forma do regime, o que os colocava em ponto de oposição aos monárquicos constitucionais.

<sup>10</sup> Embora afirmassem que a questão do regime fosse de carácter secundário em relação à superação das formas liberais de governo, a verdade é que os integralistas consideravam essencial a restauração da Monarquia para que a nova ordem por si proposta funcionasse na sua total plenitude. Isto porque, embora autoritários, negavam o totalitarismo, o exercício pessoal do poder e a noção do Estado-Pessoa em vez do Estado-Nação. No seu entender, somente a figura do Rei, cuja autoridade era proveniente de um poder superior, providencial, e não a de um "homem comum", que facilmente se deixaria levar pela sua ambição pessoal, poderia cumprir tais desígnios.

<sup>11</sup> Segundo os integralistas, a hierarquização social não é estática nem herdada. Pelo contrário, é conseguida pelo mérito e trabalho de cada um que, ao elevar-se, eleva consigo a sua família, mas no entanto, susceptível de regressar ao estatuto de onde proviera caso não cumpra com os seus devidos deveres. Entendem-na como um processo de selecção social natural e justo, onde o sufrágio universal é inaceitável, visto ficarem ao mesmo nível o voto daqueles que pertencem à elite e o dos que são plebeus.

desenvolveu Portugal, a continuidade do “antigo regime”, a permanência da experiência secular da tradição, plenamente conciliada com o tempo presente<sup>12</sup>. Para os integralistas é a tradição a idealização do passado nacional, (nomeadamente a do período correspondente à época medieval) considerado a época dourada da vida da Nação<sup>13</sup>, cujo curso histórico fora interrompido, contrariado, e pervertido pelo surgimento dos ideais liberais, e que urgia agora reimpôr-se para que se desse o tão desejado acontecimento do “ressurgimento de Portugal” ou, para usar uma outra expressão mais enfática por eles proposta, a concretização da missão de “reaportuguesar Portugal”, com isto naturalmente significando o livrar do território nacional toda e qualquer influência estrangeira, sendo o liberalismo a primeira.

O retorno à tradição constituía, em linhas muito básicas, a reposição de uma monarquia orgânica e municipalista (ou foralista) conforme tinha sido (ou conforme os integralistas idealizavam que o tivesse sido) nos tempos em que Portugal surgira, ou seja, na Idade Média, onde a família e as corporações profissionais funcionavam como a base de toda uma estrutura social, e onde os valores que ditavam o comportamento e a moral eram os cristãos e católicos.

Após esta recuperação da essência, da “fisionomia” de Portugal, da reposição da tradição, podia proceder-se à sua actualização. Toda a máquina nacionalista e de nacionalização do novo regime podia finalmente começar a funcionar<sup>14</sup>. Nela, através da união dos interesses e das profissões, todos estariam subordinados ao “poder pátrio” e trabalhariam para a concretização do bem comum, constituindo assim o ideal do Estado-Nação.

Na base de tudo estariam a Família e as Profissões. O conjunto das Famílias e das Profissões (Corporações) seria traduzido no Município. Por sua vez, a Província (enquanto conjunto de Municípios) e o agrupamento desta, convergiria na Pátria ou Nação, cuja entidade máxima seria a pessoa do Rei.

Por ser o conjunto de Famílias e de Corporações, o Município é tido como a chave de toda a nova organização social, económica e política que une todos os indivíduos a um propósito e interesse comum. Tido como uma criação espontânea e vínculo social natural, anterior à política e ao Estado, é no seu conceito de entidade

---

<sup>12</sup> E neste ponto não aceitavam os membros do Integralismo o adjectivo de “conservadores”, antes preferindo o de “renovadores”, pois no seu entender, a tradição não era algo estático, cristalizado ou obsoleto, antes uma continuidade de experiências seculares que, embora fossem permanentes e constantes na sua essência e nos seus valores, seriam sempre adaptadas aos tempos presentes e às novas gerações.

<sup>13</sup> “(...) bem vistas as coisas, [a ordem nova proposta pelos integralistas] apenas constitui um regresso ao passado e à tradição lusa, ou a entedida pelos integralistas como tal, isto é, um passado idealizado que seria visto como a ‘época de ouro’ da nação (...)”, A. Paulo Dias Oliveira, *Da filosofia política à cultura nacionalista; a segunda série da Nação Portuguesa (1922 – 1923)*, (no prelo), p. 5.

<sup>14</sup> Afirmam os integralistas que é na tradição que se funda o Estado nacionalista e que sem aquela, este não é de todo possível.

agregadora que se fundamenta a verdadeira ordem nacionalista e a verdadeira liberdade. As doutrinas liberais do séc. XIX destruíram esse vínculo e deram lugar à anarquia e ao caos em que vivem os sistemas democráticos.

Embora negue o sistema liberal, a doutrina integralista não se afirma totalitária. Se o Município é a base de toda uma nova estrutura, se, por ser criação espontânea, é órgão anterior ao Estado, e finalmente, se a sua existência é o principal meio para a realização do bem nacional, então o poder e autoridade real não devem de modo algum ser absolutos<sup>15</sup>. A Monarquia não deve ser tomada como um “homem”, como a execução do poder pessoal e arbitrário, e portanto, não deve estar a Nação ao serviço do Estado, antes o próprio Estado ao serviço da Nação, onde o poder do Rei, ao mesmo tempo centralizador, forte e autoritário, seria igualmente limitado precisamente pelo localismo corporativista e municipalista, pela actividade municipal, (mas também pela própria tradição católica da restrição e limitação do poder), a qual lhe competia servir e proteger, e é aqui que encontramos a tendência descentralizadora do Estado integralista.

A comprovar a tendência não totalizante (pelo menos em intenção) do Integralismo Lusitano, é sabido que os seus membros criticaram com veemência o exercício do poder por parte de Salazar, que consideravam pessoalista, absoluto, e sufocador das liberdades institucionais de descentralização, bem como a actividade censória e repressiva, violenta, contrária à sua noção de liberdade, restringidora da inteligência e dos espíritos, verdadeiramente incapaz de conciliar o conceito de autoridade com o de liberdade, que deveria ser feito por meios persuasivos, doutrinários, e não pela força violentadora.

## **A Revisão Integralista do Passado Nacional**

### ***A Instituição Escolar Como Instrumento do Estado***

O primeiro problema com que o regime saído do 28 de Maio se deparou em termos educacionais foi, sem dúvida, a questão do analfabetismo, que se resumia à de se dever, ou não, manter o povo na ignorância dos estudos.

Se o anterior regime liberal, quer na sua forma monárquica como republicana, defendeu a ideia de que o progresso social somente se verificaria se fosse proporcionada educação para todos através da escolaridade obrigatória e gratuita, já o novo regime, uma ditadura conservadora e marcadamente elitista, possuiu uma ideologia pedagógica completamente diferente.

O grande problema, levantado pelas classes dirigentes, em alfabetizar a população, era precisamente o dos perigos que daí poderiam decorrer. A sua

---

<sup>15</sup> Os integralistas consideram que foi a instauração da Monarquia Absoluta em Portugal no séc. XVIII que facilitou o caminho à entrada no País dos ideais liberais. Isto porque o poder absoluto, ao destruir todos os organismos intermédios e naturais entre a sociedade e o Estado, deixa o indivíduo só, abandonado perante aquele.

“obsessão mórbida”<sup>16</sup> para com a literatura dita subversiva e corrosiva das sagradas tradições portuguesas, principalmente as de cariz democrático e comunista, poderia constituir real perigo às instituições então vigentes. O que fez com que os membros mais radicais do nacionalismo português defendessem a ideia de que a melhor solução era a de manter o analfabetismo<sup>17</sup>, de onde decorreria a docildade, obediência e resignação dos portugueses.

Com a subida de Salazar à Presidência do Ministério, e pouco depois, à Presidência do Conselho, aquando do estabelecimento do Estado Novo, a ideia de se manter o povo na total ignorância mudou um pouco de perspectiva. Salazar e os seus levaram em conta os perigos que adviriam do analfabetismo, pois ao não ser controlado, o povo poderia facilmente tornar-se permeável às doutrinas bolchevistas.

A escola e a alfabetização passaram a ser vistas, não como algo perigoso, antes como um eficaz meio de controlo social, um mecanismo de veiculação e inculcação ideológica ao serviço do Estado. Quando se levantasse a questão “ensinar o povo a ler? Para ler o quê?”, a resposta seria “aquilo que o Estado permita e o que ao Estado convenha”, o que cumpria um duplo objectivo: o de impedir que a população pudesse tomar contacto com as doutrinas políticas inconciliáveis com o novo regime; o de formar o carácter e o espírito das crianças e jovens conforme a ideologia do Estado Novo.

O Estado Novo fomentou a alfabetização da população e conseguiu, embora a longo prazo, executar o sonho liberal da escola obrigatória e gratuita<sup>18</sup>.

A verdade é que, ao tornar-se num instrumento ao serviço do Estado, o primordial objectivo da instituição escolar deixou de ser a “instrução”, passando a ser valorizada a “educação”, a formação do carácter dos alunos de acordo com a ideologia do Estado, no sentido de os tornar obedientes aos seus superiores, de

---

<sup>16</sup> Expressão retirada de Maria Filomena MÓNICA, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista: 1926-1939)*, 1978, p. 38.

<sup>17</sup> Inclusive por alguns membros integralistas que viriam a tomar parte na reescrita da história nacional, tais como João Ameal e Alfredo Pimenta, este dos mais extremistas, afirmando que “ensinar o povo português a ler e a escrever para tomar conhecimento das doutrinas corrosivas de panfletários sem escrúpulos, ou das facécias malcheirosas que no seu beco escuro vomita todos os dias qualquer garoto da vida airada, ou das mentiras criminosas dos foliculários políticos, é inadmissível.”. Esta transcrição foi colhida em Rómulo de CARVALHO, *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, 1986, p. 727, que por sua vez a terá recolhido em Salvador Sampaio, *O ensino primário (1911 - 1969), Contribuição monográfica*, vol. I, 1975, p. 22.

<sup>18</sup> Nos anos de 1940, pela primeira vez na história nacional, o número de pessoas do sexo masculino alfabetizadas superou os 50% da população. Ou seja, o número de analfabetos existentes nos anos anteriores à Ditadura Militar, de cerca de 70%, foi sido reduzido, no espaço de aproximadamente vinte anos, em mais de 20%. Estes números foram colhidos no artigo redigido por António NÓVOA, “A ‘Educação Nacional’” in *Nova História de Portugal* (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, “Portugal e o Estado Novo”, vol. XIII, 1992, p. 475, e a Maria Cândida PROENÇA, Luís Vidigal e Fernando Costa, *Os Descobrimentos no imaginário juvenil (1850 – 1950)*, 2000, p. 31, que para os seus cálculos utilizaram os *Censos da População*.

desenvolverem amor à Pátria, de formarem a mentalidade corporativa através da valorização do conceito de Família, de terem como base das suas atitudes os valores morais cristãos<sup>19</sup>, em suma, os conceitos “Deus, Pátria e Família”. O ensino podia, ao contrário do que entendiam os defensores mais radicais do analfabetismo, garantir a pacificação das massas, onde a escola desempenharia o papel de “sagrada oficina das almas”<sup>20</sup>.

Foi essencialmente ao nível liceal e dos compêndios por si adoptados, que a acção revisionista da História nacional feita pelo tradicionalismo integralista assumiu maior complexidade<sup>21</sup>.

### ***A História Nacional encarada pelos ministros da Instrução Pública / Educação Nacional***

Tal como de resto sucedera com todas as disciplinas, a disciplina de História de Portugal (ou o que pudesse ser remetido para a história nacional<sup>22</sup>) não constituiu excepção enquanto meio de veicular a ideologia do Estado.

Os manuais de História em vigência aquando da instauração da Ditadura Militar, e posteriormente, do Estado Novo, eram herança da república liberal, e portanto, considerados escandalosos e até mesmo, perigosos. Tornou-se urgente reinterpretar o passado, reescrever a história nacional, devolvê-la à sua pureza<sup>23</sup>,

---

<sup>19</sup> “A largou-se a acção da escola, cujo fim não é apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra, isto é, transmitir conhecimentos que não contrariem, antes favoreçam os fundamentos morais do Estado”, citação de Gustavo Cordeiro Ramos, “Os fundamentos éticos da escola no Estado Novo” in *Uma série de conferências*, colhida no artigo de António NÓVOA, “A ‘Educação Nacional’” in *Nova História de Portugal...*, 1992, p. 459.

<sup>20</sup> Assim Salazar denominou a instituição escolar. Informação colhida em Maria Filomena MÓNICA, *Educação e sociedade...*, 1978, p. 131.

<sup>21</sup> Os mais famosos compendiaristas de História de Portugal dos anos iniciais do Estado Novo foram Alfredo Pimenta e António Mattoso, cujas obras se destinaram ao ensino liceal. No entanto, foi o manual de Mattoso, publicado em 1938, aquele que perduraria enquanto “livro único” até aos anos 60, formando o conhecimento histórico de diversas gerações de estudantes.

<sup>22</sup> Visto que o que remetesse para a história nacional também estendia-se a outras disciplinas, nomeadamente para a Língua Portuguesa ou Instrução Moral e Cívica.

<sup>23</sup> Aquando da publicação da sua *História de Portugal* (destinada ao público em geral) em 1940, João Ameal, antigo membro integralista e considerado o historiador modelo do regime salazarista, escreve: “A vida duma Nação que deveria explicar-se à luz dos Evangelhos, dos Roteiros e das Crónicas – foi descrita à luz da Declaração dos Direitos do Homem e da teoria do materialismo histórico. Assim se falsificou, se corrompeu o passado português: - é tal a influência do passado que, uma vez corrompido e falsificado ele, muitos portugueses se falsificaram e corromperam. O declínio nacional acelerou-se – resultante das interpretações pessimistas, dos ferozes sarcasmos, das absurdas diatribes com que se nos estacava a maior fonte de energia: a confiança em nós próprios. Como represália e desafortuna, baste-nos restabelecer a verdade ofendida; logo a confiança voltará”, Luís Reis TORRAL, José Maria Amando Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal, sécs .XIX-XX*, “A História através da História”, vol. I, 1998, p. 278. Mais polémica seria a conferência, posteriormente publicada pela revista *Ocidente*, no mesmo ano de 1940, por um outro intelectual do Estado Novo, Américo Pires de Lima: “assim começou a tragédia. Uma das impressões mais fortes que senti foi a de revolta por me

cuja obra, a partir de então, acabou por ficar sempre sujeita às normas ditadas pelo Estado e à sua aprovação.

Em decreto de 7 de Abril de 1932, o então ministro da Instrução, Gustavo Cordeiro Ramos, ditou as normas para a elaboração dos manuais destinados à História de Portugal nos Liceus, que passo a transcrever: “estes livros, como didácticos que são, têm por fim ensinar, formar os espíritos – e espíritos ainda naturalmente vibráteis, com capacidade receptiva superior às possibilidades criadoras e sem recursos críticos eficientes e legítimos. A História de Portugal visa, além dos conhecimentos gerais que ministra, dentro da sua categoria, a formar portugueses; por isso a sua acção tem de ser eminentemente nacionalizadora. Até ao presente, mercê de circunstâncias conhecidas, o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. Péssima foi a semente que lançou no espírito da nossa mocidade escolar a obra histórica de alguns escritores, mais artistas e filósofos do que críticos e historiadores, nada mais fazendo que desgostar os portugueses de serem portugueses. A Ditadura Nacional, inspirada em princípios opostos aos que, até ao seu advento, determinaram os governantes, entende que ao Estado compete fixar as normas a que deve obedecer o ensino da História. Nesta há uma parte meramente expositiva, em que são indicados os factos, as datas, os nomes, e portanto inalterável, mas há também no ensino uma parte crítica – e essa é a função do historiador. Tal historiador, tal atitude. Na falta de um juiz infalível dessas atitudes que são meramente subjectivas, o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional - quer dizer, a verdade que convém à Nação. Se os autores dos compêndios de história são responsáveis pelos erros ou pelas verdades que defendem nos seus livros, o Estado é responsável pelo ensino que ministra nas suas escolas oficiais. Nestas condições os compêndios de História de Portugal procurarão, para poderem ser aprovados pelo Estado, fazer passar através dos princípios expostos neste decreto os conhecimentos históricos sobre o que tiverem de se pronunciar. Tudo neles deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo.”<sup>24</sup>

Continua o artigo 3º do mesmo decreto, afirmando que “deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito, através dos oito séculos da História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores fundamentais da

---

terem tão cruelmente enganado, abusado da minha inocência e credulidade infantis. A História de Portugal era, na verdade, uma sequência vergonhosa de crimes, de latrocínios, de imbecilidades. Não havia razão para ter orgulho de ser português, mas sim vergonha e asco. Em vez da glória, a crápula; em vez do ideal, a protéria.(...) Oliveira Martins (famoso historiador português de finais do séc. XIX) deformou monstruosamente a nossa História, por pessimismo, facciosismo ou jacobinismo, senão pelas três causas conjuntamente.”, Luís Reis TORRALBA, José Maria Amando Mendes, Fernando Catroga, *História da História...*, “Da historiografia à memória histórica”, vol II, 1998, pp. 134-135.

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*, pp. 117-118.

vida social: a *Família*, como célula social; a *Fé*, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento da unidade e solidariedade nacional; o *Princípio da Autoridade*, como elemento indispensável do progresso geral; a *Firmeza do Governo*, espinha dorsal da vida política do País; o *Respeito da Hierarquia*, condição básica da cooperação dos valores, e a *Cultura Literária e Científica*.<sup>25</sup>, e também no artigo 4º, “tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura.”<sup>26</sup>

Assim sendo, competiu ao Estado escolher quais os manuais de História de Portugal a serem usados nas escolas<sup>27</sup>, cuja aprovação foi feita com base nestas normas.

Com a entrada de António Carneiro Pacheco para o ministério, (que passou a denominar-se Ministério da Educação Nacional em substituição de Ministério da Instrução Pública), os propósitos enumerados nesse decreto de Cordeiro Ramos não só se mantiveram, como também foram acentuados os propósitos nacionalistas na disciplina de História de Portugal<sup>28</sup>. Foi também por acção deste novo ministro que entrou em vigor o regime do “livro único” para cada disciplina, anulando a diversidade de interpretações (pois mesmo entre os diversos autores do regime havia algumas discordâncias quanto aos conteúdos dos seus manuais) e estabelecendo a “verdade única”, contribuindo para uma maior unidade ideológica e uniformização dos conteúdos pedagógicos<sup>29</sup>.

Nesta pretensa nova História de Portugal, os heróis nacionais foram cuidadosamente seleccionados, bem como as figuras negras da história de Portugal, de modo a dar a conhecer ao aluno os bons e os maus exemplos, as atitudes nobres e as que constituíram traição à Pátria, despertando nas crianças e nos jovens o sentido de devoção para com esta, e o de repulsa para com os que, em dado momento da história, contribuíram para o seu declínio. A boa conduta levada a cabo pelos heróis, chefes e líderes (e nunca por grupos sociais ou por soldados anónimos no caso das vitórias em campo de batalha) não podia deixar de ter sido movida pela sua Fé, pela sua crença em Deus e nos valores cristãos. Assim foi glorificado o processo de Reconquista dos Cristãos aos Mouros nos tempos de

---

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, p. 107, e também Rómulo de CARVALHO, *História do ensino em Portugal...*, 1986, pp. 743-744.

<sup>26</sup> Cf. Arlindo Manuel CALDEIRA, “Poder e Memória nacional. Heróis e vilões na mitologia salazarista” in *Penélope – fazer e desfazer a História*, nº 15, 1995, p. 123.

<sup>27</sup> Contudo, o controlo dos manuais escolares por parte do Estado não constituiu novidade no regime salazarista visto esta medida já ter sido tomada em 1860, onde a aprovação dos livros passou a depender da aprovação do Governo.

<sup>28</sup> Cf. Sérgio Campos MATOS, *História, mitologia, imaginário nacional: a História no curso dos liceus (1895-1939)*, 1990, pp. 34-38.

<sup>29</sup> O regime do “livro único” também não foi exclusivo do Estado Novo. Este vigorou na reforma de 1894/95 para ao ensino primário e secundário, sendo abandonado em 1905.

Portugal Medieval, ou a época dos Descobrimentos, unicamente movidos pelo desejo de expandir a Fé cristã. Quanto às figuras negras, foram essencialmente as que introduziram os ideais liberais e de cariz democrático no País, que procederam à laicização do Estado ou as que, de alguma maneira, provocaram a descontinuidade na Tradição histórica.

Quais seriam as pessoas que melhor poderiam cumprir as regras ditadas pelo Estado e proceder à pretendida revisão do passado nacional de modo a que este se pudesse enquadrar na ideologia que aquele pretendia veicular através da instituição escolar? Ninguém melhor que os antigos membros do Integralismo Lusitano que, em anos anteriores à instauração do Estado Novo, já eram detentores de um projecto revisionista da História de Portugal, a começar pelo seu membro mais proeminente, António Sardinha.

### **A Revisão Integralista da História Nacional e a sua Projecção no Estado Novo**

Embora a ideologia tradicionalista e contra-revolucionária possa já ser detectada desde os finais do séc. XVIII, tendo-se desenvolvido ao longo de todo o séc. XIX, foi no âmbito de um clima de insatisfação para com a República de 1910 que estas tendências começaram a afirmar-se, fazendo a apologia de uma história nacional de carácter patriótico que trouxesse ânimo aos portugueses e lhes devolvesse o seu orgulho nacional.

Surgiram então grupos que se propuseram a reescrever esta história patriótica, em contraste com o negativismo de Oliveira Martins<sup>30</sup>, onde o Integralismo Lusitano não podia deixar de se incluir.

Pode-se dizer que foi com António Sardinha, um dos membros mais influentes e activos deste movimento, que o passado nacional conheceu uma vigorosa revisão<sup>31</sup>, tendo, neste campo, influenciado os futuros historiadores do regime de Salazar.

---

<sup>30</sup> As obras de Oliveira Martins foram severamente criticadas pelos sectores nacionalistas, que consideravam desprestigiar os antepassados nacionais. De facto, ao ter tomado conhecimento do parecer de Oliveira Martins acerca da figura de D. Afonso Henriques, admito que o autor não tinha grande relutância ao elaborar as suas críticas: "Mas, ao compará-lo (Afonso Henriques) a um 'javarado no seu refoio', ao referir-se à 'tenacidade brava e bronca do javali', à ausência de qualquer sentimento poético na sua 'cabeça estreita', apenas obcecada com a ideia de consolidar a independência, o nosso historiador-artista (Oliveira Martins) levava este retrato, quase grotesco, a um ponto até aí nunca atingido pela ficção mítica", Sérgio Campos MATOS, *História, mitologia, imaginário nacional...*, 1990, pp. 136-137.

<sup>31</sup> Para Sardinha, esta tarefa revisionista era considerada de grande importância quanto ao processo de restauração e renovação de Portugal.

Republicano nas suas origens, rapidamente se desiluiu com a nova situação em Portugal, levando-o logo em 1911 a converter-se à Monarquia e a tornar-se num dos mais importantes ideólogos e teóricos do movimento integralista.

Sardinha, bem como a maioria dos membros do Integralismo, também teve uma ligação a actividades culturais e artísticas<sup>32</sup>, nomeadamente à literatura e à poesia, e é nesta última que vamos encontrar a sua concepção da história de Portugal, plenamente de acordo com as doutrinas políticas integralistas.

Tal como foi referido no capítulo anterior, o Integralismo Lusitano proclamava-se, acima de tudo, antiliberal. Assim, a historiografia liberal foi vigorosamente atacada, as suas figuras polémicas foram revigoradas, e as exaltadas, nada mais que denegridas. Os períodos que os liberais tomaram como de glória foram considerados de crise, enquanto que os motivos que teriam levado à decadência<sup>33</sup> de Portugal seriam os de maior prosperidade no entender integralista<sup>34</sup>.

Passo em seguida à exposição das concepções históricas integralistas segundo grandes linhas<sup>35</sup> (Idade Média e Descobrimentos, o séc. XVI da Inquisição, o séc. XVII da Restauração, o Pombalismo, a Revolução Liberal e a República), estabelecendo a sua comparação com a historiografia liberal de modo a que melhor se possa compreender as divergências existentes entre ambas. Aqui não se pode efectivamente deixar de observar a íntima relação entre História e Ideologia.

### ***A Idade Média e os Descobrimentos***

As considerações tecidas acerca dos primeiros quatro séculos de Portugal não conheceram grandes diferenças entre a historiografia liberal e a integralista.

---

<sup>32</sup> A revista integralista *Alma Portuguesa*, criada em 1913 por um grupo de exilados monárquicos na Bélgica, era denominada de "Revista de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades".

<sup>33</sup> O termo "decadência", muito usado na historiografia liberal, caiu em quase total desuso nos manuais do Estado-Novo. Não que a historiografia estado-novense não concebesse períodos negativos da história nacional, mas esse declinar não resultou "de nenhum processo interno de decadência (...). Resulta, sim, de factores externos, eventualmente agravados pela acção dos maus Portugueses", Arlindo Manuel CALDEIRA, "Poder e Memória nacional..." in *Penélope – fazer e desfazer a História*, nº 15, 1995, p. 132. O seu tratamento seria, de resto, abordado de modo breve, de acordo com os preceitos estabelecidos pelo artigo 4º do decreto de 7 de Abril de 1932.

<sup>34</sup> A verdade é que não encontrei para a historiografia integralista o surgimento de algum "herói" ou "anti-herói" (para empregar os termos recorrentes em Sérgio Campos Matos) que a historiografia liberal já não o tivesse destacado. O Integralismo Lusitano parece somente ter revertido a historiografia liberal, tomando-a e fazendo-lhe como que o negativo.

<sup>35</sup> Diante a enorme quantidade de personagens e acontecimentos históricos do passado nacional, optei por me cingir aos mais marcantes, aos que ocuparam (e ainda ocupam) lugar de relevo no imaginário de quem estudou a História de Portugal. Estas personagens e acontecimentos que pretendo expôr, precisamente por se terem tornado os mais destacados na historiografia liberal, são os mesmos que mais polémica causaram entre esta e a integralista (ou tradicionalista). Como referi em anterior nota, os integralistas limitaram-se a perverter ou a glorificar as personagens gloriosas ou negativas dos liberais.

Foi a época da “fundação”<sup>36</sup> nacional, da consolidação do território, da construção do Reino e, a partir do Infante D. Henrique, constituiu o período em que Portugal “deu a conhecer novos mundos ao Mundo”. Tanto por parte de liberais como de integralistas, estas foram consideradas épocas de glória e engrandecimento nacional.

Mas há diferenças do ponto de vista valorativo e interpretativo. Recordo que no entender integralista e posteriormente, dos salazaristas, Portugal portava em si uma “missão providencial”, era uma Pátria que tinha sido escolhida por Deus para o cumprimento dos Seus desígnios<sup>37</sup>. Os heróis liberais da Idade Média e dos Descobrimentos mantiveram-se essencialmente os mesmos, mas os motivos da sua glória deixaram de ser essencialmente laicos, de origem militar, guerreira, intelectual ou científica. A missão que Deus incutiu nos portugueses fazia-os agir com base na devoção religiosa e no sentido de expandir a Fé, através do sempre presente espírito de cruzada<sup>38</sup>.

Tomemos como exemplo D. Nuno Álvares Pereira, muito considerado entre liberais monárquicos e republicanos como salvador da Pátria e da independência. Mas a sua imagem nos manuais liberais é profundamente laica, onde são exaltadas as suas virtudes guerreiras e de devoção patriótica, omitindo o facto de ele, nos finais da sua vida, ter-se recolhido ao convento do Carmo como monge.

Em tempos de Estado Novo, esta personagem adquiriu o epíteto de Santo, o Santo Condestável, que lutou por amor à Pátria e amor a Deus, o herói ideal que, após a vitória de Aljubarrota, renunciou a todos os bens e riquezas materiais para dedicar o resto da sua vida à contemplação mística<sup>39</sup>. Foi Herói e Santo, que tornou-se no padroeiro da Mocidade Portuguesa. Mas a verdade é que, não fosse o rei D. João I a nomeá-lo para Condestável do Reino, Nuno Álvares não poderia ter tido papel activo na crise 1383 – 85<sup>40</sup>.

Referente aos Descobrimentos e ao Infante D. Henrique, a questão não muda de perspectiva. Recorde-se o artigo 3º do decreto de 7 de Abril de 1932, que se refere à “Fé, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes

---

<sup>36</sup> Como se na realidade se pudesse “fundar”, no verdadeiro sentido da palavra, uma Nação.

<sup>37</sup> “O pensador integralista António Sardinha, que exercera profunda influência sobre muitos ideólogos do salazarismo, não hesitava mesmo em dizer que a raça portuguesa nascera para se dar a Deus e à Humanidade num ‘sacrifício alegre e jubiloso’.”, Maria Filomena MÓNICA, *Educação e sociedade...*, 1978, pp. 301-302.

<sup>38</sup> “Deu-te o Senhor para escudo as Cinco Chagas, / o teu sinal é o sinal da cruz. / Eu creio assim que em tua carne tragas / a Santa Face aberta a sangue e luz. / Tu deste do teu ser ao mundo inteiro, / batendo-te por Cristo Verdadeiro, / Ó Cristo das nações, ó Portugal.”, António Sardinha, *Pequena Casa Lusitana*, versos extraídos de António VENTURA, “António Sardinha: mitologia integralista e revisão da História de Portugal” in *Estudos sobre história e cultura contemporâneas*, 2004, p. 217.

<sup>39</sup> Para a dualidade Nuno Álvares “guerreiro” e Nuno Álvares “santo”, veja-se Sérgio Campos MATOS, *História, mitologia, imaginário nacional...*, 1990, pp. 137-142.

<sup>40</sup> O que remete para a importância primordial sempre concedida aos monarcas.

(...)”. A epopeia dos Descobrimentos, impulsionada pelo Infante, originou-se devido ao fervoroso desejo de expandir a religião cristã, o mesmo que motivou o processo de Reconquista, cerca de três séculos antes. Refere António Mattoso, no seu *Compêndio de História de Portugal. Aprovado oficialmente, como livro único para o 6º ano dos liceus* no ano de 1938, que “os descobrimentos portugueses são uma obra de apostolado cristão. Se posteriormente, surgiram motivos económicos e políticos, estes traduzem apenas a necessidade de os fazer manter e progredir”<sup>41</sup>. Visão oposta à dos historiadores oitocentistas, que atribuíram a empresa dos Descobrimentos a motivos de ordem comercial, económica, política e de vontade de conhecer novas terras, remetendo o impulso religioso para segundo plano.

O Infante D. Henrique liberal que era visto como um homem sábio, conhecedor das ciências matemáticas e da arte de navegar, com vontade em desvendar o desconhecido, foi exaltado no Estado Novo pela sua vocação apostólica, onde todos os conhecimentos por si adquiridos através do seu convívio com cosmógrafos e astrónomos serviram essencialmente para a concretização do seu objectivo em expandir a Fé mundo fora<sup>42</sup>. “Já vimos como através da nossa história se havia revelado a missão apostólica de Portugal. Quem melhor traduz esse ideal e lhe procura dar realização é o Infante D. Henrique.”<sup>43</sup>

### **O Séc. XVI: D. João III, a Inquisição e a Companhia de Jesus**

Foi a partir do reinado de D. João III que os juízos liberais e integralistas acerca da história portuguesa conheceram profundas diferenças.

Época de gravíssimas maleitas para a sociedade portuguesa segundo os historiadores liberais, o séc. XVI português foi visto pelos integralistas como um período exemplar.

Se tal concepção nos pode parecer estranha e algo intrigante, basta conhecermos a doutrina integralista para percebermos porque é que os intelectuais tradicionalistas e nacionalistas defenderam esta época. Definindo-se como antiliberais, antidemocráticos, defensores de um estado forte e autoritário e de uma sociedade plenamente cristianizada, chegando alguns deles a proclamarem-se antisemitas convictos<sup>44</sup>, os integralistas encararam a Inquisição e a Companhia de Jesus como a materialização de alguns dos propósitos da sua *Ordem Nova*.

Iniciemo-nos pela instituição inquisitorial. Criticada com paixão pelos liberais monárquicos e republicanos (cuja percepção, apesar da existência de

<sup>41</sup> Cf. Maria Cândida PROENÇA, Luís Vidigal e Fernando Costa, *Os Descobrimentos...*, 2000, p. 59. O sublinhado é da minha autoria.

<sup>42</sup> Sobre as imagens do Infante, veja-se Sérgio Campos MATOS, *História, mitologia, imaginário nacional...*, 1990, pp. 142-146, e sobre os Descobrimentos, veja-se em geral a obra de Maria Cândida PROENÇA, Luís Vidigal e Fernando Costa, *Os Descobrimentos...*, 2000.

<sup>43</sup> Excerto do compêndio para o ensino liceal de António Mattoso. *Idem, ibidem*, p. 63.

<sup>44</sup> António Sardinha, Alfredo Pimenta, António Mattoso, para citar os mais conhecidos dentro dos integralistas.

proclamações pró-inquisitoriais, perdurou até aos nossos dias e na nossa memória) enquanto uma instituição intolerante, cruel, violadora dos direitos humanos, criadora de um clima de terror e obscurantista que, por ter limitado a actividade intelectual e feito pressão nas mentalidades, contribuiu largamente para um atraso cultural em relação aos países que a não instituíram, e conseqüentemente, para a decadência peninsular<sup>45</sup>.

Esta visão foi contestada pelos integralistas. Em primeiro lugar, a questão do desrespeito ao indivíduo. No entender antiliberal integralista, o indivíduo tem de se inserir totalmente na sociedade e ser uno para com ela, onde o interesse nacional se conjuga com o seu próprio interesse. Ora se a religião cristã e o catolicismo cristão (em contraste com o protestantismo) eram vistos como base de todo um sistema de valores civis, indispensáveis à unidade social, então todo o indivíduo que não seguisse os seus preceitos seria considerado destabilizador da ordem, visto estar a destruir um dos elos que o ligam aos demais, contribuindo para a desagregação social, por vezes através de práticas “criminosas” (blasfémia, heresia, judaísmo, bigamia, adultério, bruxedo e feitiçaria...). Era esta a situação com que Portugal se deparava nos anos anteriores à instauração oficial da Inquisição em 1536. Judeus, cristãos-novos (olhados com muita desconfiança), muçulmanos e protestantes ameaçavam seriamente a unidade nacional e religiosa do País. Era mais que necessária a acção de um tribunal inquisitorial que zelasse pela unidade da Fé, pela moral e pelos bons costumes que, a par da pretensa unidade, também se viam ameaçados.

Paz, ordem e harmonia social também consistiram numa das máximas da Inquisição, que livrou a Península Ibérica das violentas guerras religiosas verificadas noutros países europeus entre católicos e protestantes, dos tumultos entre católicos e judeus. Sem a sua acção, ter-se-ia verificado enorme agitação social no País<sup>46</sup>, dando liberdade às ideias heréticas que ameaçavam as mentalidades.

Neste ponto, a actividade censória também foi aprovada pelos integralistas que, segundo eles, em nada contribuiu para o atraso cultural e degradação dos espíritos. Senão, como explicar as obras de Gil Vicente e do maior poeta de todos

---

<sup>45</sup> Note-se o facto de que, até há cerca de quarenta anos, a narrativa da história possuía um carácter maniqueísta, onde períodos de glória e progresso eram seguidos por fases de decadência, característica própria dos discursos patrióticos e nacionalistas (quer na sua forma autoritária como democrática). Sobre os conceitos progresso/decadência, glória/declínio, veja-se Sérgio Campos MATOS, *História, mitologia, imaginário nacional...*, 1990, pp. 89-106.

<sup>46</sup> É conhecido o massacre ocorrido de 19 a 21 de Abril de 1506 em Lisboa, ainda no reinado de D. Manuel, em que a multidão, a pretexto de um motivo insignificante, se insurgiu contra os cristãos-novos, o que resultou em cerca de dois mil mortos. E o principal motivo de um terramoto na capital, pregado ao povo por um grupo de frades, acendendo-lhes o pânico e o ódio, foi a presença dos judeus no reino. Cf. António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos Novos*, 1969, respectivamente pp. 49 e 50. Foi este tipo de reacção antijudaica desorganizada e destrutiva da paz social que a Inquisição, no entender integralista, conseguiu controlar, através da sua instituição enquanto órgão legal.

os tempos, Luís Vaz de Camões, que viveram em plena época inquisitorial? Assim, relativamente à censura, Alfredo Pimenta deixou escrito nos seus *Elementos de História de Portugal elaborados para uso do Ensino Secundário, absolutamente de acordo com o respectivo programa*: “Admira-se a benevolência da expurgação, que não tem nada de compressor do Espírito humano, pois ninguém demonstrou ainda que a Inteligência só progride, se desenvolve e é fecunda, quando ataca as bases essenciais da Fé católica ou se excede nas críticas ou observações feitas à disciplina, à hierarquia ou ao pessoal da Igreja.”<sup>47</sup>. Portanto, a verdadeira liberdade de expressão consistia em tudo o que não atacasse as bases dos valores morais, que tornam uma a sociedade.

Quanto à tortura e repressão física, justificam-nas os historiadores do Estado Novo que semelhantes atitudes têm de ser entendidas à luz da época, pois “ (...) o que hoje repugna à nossa sensibilidade não repugnava à sensibilidade do tempo, antes era recebido com aprazimento. O povo acotovelava-se para assistir aos autos-de-fé.”<sup>48</sup>.

Assim, no seu *Compêndio de História de Portugal*, António Mattoso deixou as seguintes considerações acerca da Inquisição: “a Inquisição teve largas consequências sociais e políticas entre nós: Consolidou o poder dos monarcas, evitou as lutas religiosas, que se prolongaram por vários anos em muitos países, com destruições, saques, roubos, assassinatos e misérias de toda a espécie, como aconteceu na Alemanha, na França, na Inglaterra, nos Países Baixos, etc.; concorreu para a formação da unidade nacional, pelo desaparecimento do grupo judaico, irredutível aos nossos costumes, elemento constante de desordem e de mal-estar do povo; evitou as reivindicadas populares com todas as violências a que davam lugar; acabou com as discórdias intestinas, nascidas da diversidade de crença; revigorou a Fé religiosa que havia presidido ao nascimento da nacionalidade e tinha dado origem à nossa formidável expansão externa; libertou a sociedade de muitos elementos imorais, pela acção que teve na manutenção dos bons costumes, etc.”<sup>49</sup>

Estas considerações acerca da acção do Tribunal do Santo Ofício não foram diferentes nos manuais do ensino primário, embora o discurso fosse evidentemente mais simples e sublime, porque dirigido a uma faixa etária mais jovem.

---

<sup>47</sup> Cf. Luís Reis TORGAL, José Maria Amando Mendes, Fernando Catroga, *História da História...*, “Da historiografia...”, vol II, 1998, p.119 e também Luís Reis TORGAL, *História e ideologia*, 1989, pp. 121-122.

<sup>48</sup> Proferido em 1936 por António Augusto Pires de Lima, director-geral do Ensino Secundário, numa conferência “acerca do programa da história de Portugal”. Luís Reis TORGAL, José Maria Amando Mendes, Fernando Catroga, *História da História...*, “Da historiografia...”, vol. II, 1998, p. 133.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*, p. 121, e também Luís Reis TORGAL, *História e ideologia*, 1989, p 123.

Ao serviço da Nação e do povo cristão, símbolo da autoridade, defensora da ortodoxia e dos interesses nacionais, evitando o desagregamento da unidade nacional e religiosa, a Inquisição conheceu na historiografia estado-novista, por intermédio dos integralistas<sup>50</sup>, o seu lado positivo e benevolente, por corresponder em grande medida à doutrina política do Integralismo Lusitano.

A Companhia de Jesus, a par da Inquisição, foi tida pela historiografia liberal, como uma das principais causas da decadência de Portugal, que impôs nos seus discípulos o espírito beato e fanático através de um método pedagógico escolástico e obsoleto, do qual D. Sebastião foi o maior exemplo. Foi ele que, influenciado pelos jesuítas, pretendeu a reconquista do Norte de África, perdendo a vida na batalha de Alcácer Quibir, o que valeu igualmente a perda da independência nacional<sup>51</sup>.

Visão totalmente oposta foi pois, a tomada pelos historiadores integralistas. A Companhia de Jesus foi louvada e exaltada por ter propagado a Fé, a civilização e a língua portuguesa nos territórios do Império. Os jesuítas foram considerados verdadeiros missionários de Deus, além de serem homens doutos e muito cultos, cujo ensino nos seus Colégios era o que de melhor qualidade havia no Reino.

Sendo exaltados os valores da Inquisição e da Companhia de Jesus, não menos o foi o responsável pela sua instauração em Portugal, o rei D. João III. Tido pelos liberais como fanático, beato, pouco dotado para a actividade governamental, enfim, como um monarca cuja acção fora nefasta para o País, este adquiriu um carácter radicalmente oposto na ideologia integralista, e posteriormente, estado-novista. D. João III passou a ser visto nos manuais do Estado Novo como um homem inteligentíssimo, um grande estadista, mecenas e protector das artes, das letras e da cultura quinhentista, que contribuiu de modo decisivo para a salvaguarda dos interesses da Nação através da instauração das duas instituições acima abordadas<sup>52</sup>.

### ***O Seiscentismo e a Restauração de 1640***

Herdeiro de todo o obscurantismo cultural semeado pelo séc. XVI, o séc. XVII foi visto pelos liberais como uma fase “morta” da história nacional, quando

---

<sup>50</sup> Mas não somente através deles, visto que membros católicos, tradicionalistas e nacionalistas, que já se vinham a afirmar desde meados do séc. XIX, contrariavam a visão eminentemente negativa da Inquisição por parte dos liberais, como por exemplo, Fortunato de Almeida, historiador católico dos inícios do séc. XX.

<sup>51</sup> De modo indirecto, os liberais atribuíram aos jesuítas o domínio castelhano em Portugal. Mas é plenamente natural que uma historiografia redigida por liberais, logo de carácter profundamente laico, numa época em que o anticlericalismo estava em voga e lutava-se cada vez mais para uma laicização do ensino, nunca poderia ter tido em boa conta as acções de instituições católicas, como a Companhia de Jesus.

<sup>52</sup> Para uma comparação entre D. João III liberal e D. João III do Estado Novo, veja-se Sérgio Campos MATOS, *História, mitologia, imaginário nacional...*, 1990, pp.150-153.

comparada com uma Europa contemporânea que começava a fazer progressos no campo científico e experimental, nas artes e na literatura. Foi também o século que correspondeu à perda da independência para os espanhóis devido ao “fanatismo” de D. Sebastião, influenciado pela sua educação jesuíta e pelo Cardeal D. Henrique, tido como “um velho muito doente, imbecil e fanático”<sup>53</sup>.

Os integralistas, tendo sempre como base a história revista por Sardinha, rebateram esta versão “condenadora” e “caluniante” do séc. XVII, considerando-o, inversamente à opinião liberal, como o século da prosa e da cultura portuguesas, tendo os seus exemplos máximos em figuras como Frei Luís de Sousa e Padre António Vieira.

Quanto ao Desejado, o seu espírito de cruzada, a sua vontade em repetir os feitos heróicos do passado na defesa da Fé contra o Infiel, o seu espírito de carácter místico e medievalista, em tudo correspondiam às aspirações do povo português, criando-se assim o culto do messianismo sebastianista nos sectores tradicionalistas e saudosistas nacionais, ainda anteriores à institucionalização do Estado Novo<sup>54</sup>, (culto este que não chegou a conhecer expressão nos manuais escolares, tanto liberais como estado-novistas, optando-se antes pela manutenção do carácter “científico” da narração histórica).

Os sessenta anos de domínio castelhano foram praticamente omitidos dos manuais de ambas as historiografias.

Mais complexa foi a dualidade de opiniões acerca do processo de restauração da independência nacional e do papel do Duque de Bragança, futuro D. João IV nesta conjuntura<sup>55</sup>.

Como se tem vindo a observar, o papel dos monarcas é sempre reabilitado pelo nacionalismo integralista, enquanto que os liberais costumam apontar, com bastante frequência, os seus defeitos<sup>56</sup>. Se os integralistas pretendiam uma

---

<sup>53</sup> Esta caricata descrição do Cardeal, fui colhê-la em Sérgio Campos MATOS, *História, mitologia, imaginário nacional...*, 1990, p. 165, extraída de um compêndio republicano destinado ao ensino primário, da autoria de S. Chagas Franco e A. Magno, *Primeiros esboços da História de Portugal*. A palavra “fanático”, ou as que dela derivam, parecem ser frequentemente empregues na historiografia liberal.

<sup>54</sup> “Cruzado sou. Envergo uma couraça. / Jurei os meus votos num missal aberto. / Eu me persigno confessando a raça / - eu me persigno em nome do Encoberto”, versos de António Sardinha, “Intróito”, *Pequena Casa Lusitana*, extraídos de António VENTURA, “António Sardinha...” in *Estudos sobre história...*, 2004, p. 217, onde é expresso o desejo do retorno a um novo espírito de cruzada. Também alusiva ao mito sebástico e à ideia do Quinto Império é a obra de Fernando Pessoa, *Mensagem*, publicada em 1934.

<sup>55</sup> Acerca da revisão do processo restauracionista feito por historiadores tradicionalistas, veja-se Luís de Oliveira ANDRADE, *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, 2001.

<sup>56</sup> A historiografia liberal costuma dirigir-se aos reis com adjectivos pouco prestigiantes, mesmo quando os consideram dignos de nota. É o caso de D. Afonso Henriques que, apesar de ter sido o fundador da Nação, não passou de um “bárbaro”, D. João III foi tido como “pouco inteligente”, D. João IV visto como

monarquia tradicional como forma perfeita de governo da sociedade, considerando a figura do Rei como legítimo herdeiro de todo um sistema tradicional, então a Restauração de 1640, que repôs o “antigo regime” e a monarquia tradicional portuguesa, nunca podia estar de acordo com a “falsa” e “facciosa” historiografia liberal, onde o papel do futuro D. João IV foi remetido para segundo plano e sobrevalorizada a acção dos seus conselheiros e da sua mulher, a Duquesa D. Luísa de Gusmão<sup>57</sup>. No entender integralista, a salvação da independência nacional foi conseguida graças à prudência do fundador da Dinastia de Bragança, ideia profundamente defendida por António Sardinha, que procurou reabilitar o papel do monarca nesta conjuntura.

Do mesmo modo, a revolta popular face a Filipe III foi omitida pela historiografia integralista que negava a ideia de “suserania popular”, conceito mais de acordo com a ideologia liberal.

A Restauração foi então tomada pelos integralistas como um momento de glória, correspondendo não só à recuperação da independência em si enquanto reacção à “invasão estrangeira”, mas também ao “ressurgimento” da política nacional tradicional, cuja interpretação foi aproveitada pelo Estado Novo. Elevando a Restauração de 1640 a acontecimento de comemoração nacional e de exaltação patriótica<sup>58</sup>, o regime salazarista reforçou o seu papel enquanto estado autoritário, nacionalista e tradicionalista, legítimo herdeiro e continuador das glórias passadas que tinham sido interrompidas pela acção do Marquês de Pombal e, posteriormente, pelo advento dos ideais liberais no País.

### **O “Terramoto” Pombalino**

A par das considerações feitas acerca do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, o reinado de D. José e a acção do seu ministro, o Marquês de Pombal, foram dos que mais controvérsia e polémica causaram entre historiografia liberal e integralista.

---

uma pessoa “tímida” e “cobarde”, D. João V com um rei “gastador” e “esbanjador”, o João seguinte, o VI, que acabou a entrar no nosso imaginário enquanto um rei pouco vigoroso e glutão, com uma perna de frango escondida algures num dos bolsos da sua casaca. Isto somente para citar alguns exemplos. Pretendendo o liberalismo desprestigiar a figura do Rei para se centrar no ideal de democracia e no povo, é natural que a sua historiografia não glorifique por demais a figura dos reis, como sucedeu com a historiografia monárquica e católica dos integralistas.

<sup>57</sup> Que, perante a hesitação do Duque de Bragança, teria afirmado: “Mais vale rainha um dia que duquesa toda a vida!”. O seu papel na tomada de acção por parte de D. João IV foi reduzido e até duvidado pelos historiadores integralistas, que colocaram em causa a veracidade da afirmação da Duquesa.

<sup>58</sup> É o caso das comemorações do Duplo Centenário de 1940, em que foram exaltados os dois momentos da independência nacional, correspondentes ao 8º centenário da consolidação do Reino e ao 3º da restauração da independência.

Considerado por liberais como estadista de génio, o maior que Portugal alguma vez conheceu, cuja acção modernizadora colocou Portugal a par da Europa civilizada através das suas medidas e obras reformadoras, tais como o incremento dado ao comércio, a expulsão dos jesuítas, a limitação da actividade inquisitorial, a secularização da instrução pública, as obras públicas de carácter urbanístico, por tudo isto a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo causou fascínio e admiração aos historiadores liberais, não obstante o reconhecimento do seu carácter severo, despótico, e diversas vezes, cruel.

A partir de António Sardinha tudo mudou. A acção do Marquês de Pombal contribuiu desastrosamente para a degradação nacional. Recordemo-nos do que entendem os integralistas por Monarquia Tradicional: uma monarquia centralizadora, na medida em que o poder se concentra na pessoa do Rei, mas simultaneamente descentralizadora pela acção dos organismos intermédios, dos Municípios. O poder real numa sociedade tradicional não é, portanto, absolutista ou pessoalista, adquirindo antes um carácter paternal, de protecção aos interesses da Nação, que devia servir. Proclamando-se antiliberais, os integralistas também se proclamavam anti-absolutistas, contra esse Absolutismo instaurado no País pela acção do Marquês, que dissolveu as Cortes e extinguiu todas as instituições que tendessem a enfraquecer o poder real. O abandono do cidadão perante o Estado-Pessoa, sem a existência dos organismos intermédios, é causador da desagregação nacional e da perda da unidade que motiva os cidadãos a trabalharem em função de um interesse comum. Situação que levou indubitavelmente ao advento do liberalismo baseado no indivíduo, e por isso mesmo, o Marquês foi considerado, algumas décadas mais tarde, como o “destruidor da Tradição”, o “batedor da Revolução”.

A sua acção contra a Companhia de Jesus e contra a Inquisição também os levaram a ser uma das figuras mais desprestigiadas dos movimentos católicos e tradicionalistas, inclusive do Integralismo, valendo-lhe uma série de críticas por parte destes historiadores, colocando-o, para usar uma expressão de Luís Reis Torgal, no “Inferno”<sup>59</sup> do imaginário histórico<sup>60</sup>.

Contudo, não foi a imagem plenamente negativa do ministro de D. José a que passou para a historiografia do Estado Novo a partir da década de 40. É que a figura do Marquês, enquanto símbolo de força e autoridade, era perfeitamente passível de ser adoptada pelo Estado Novo enquanto fundamento da sua própria doutrina autoritária, que aos poucos, se foi elevando do “Inferno” para alcançar o “Purgatório” (empregando novamente a expressão de Luís Reis Torgal).

---

<sup>59</sup> Luís Reis TORGAL, *História e ideologia*, 1989, p. 87.

<sup>60</sup> Assim é descrita, num manual de História de Portugal da autoria do católico Fortunato de Almeida, a acção do Marquês: “Toda a administração do marquês de Pombal é caracterizada pelo despotismo deste ministro, que se mostrava sempre intolerante e cruel”. Luís Reis TORGAL, José Maria Amando Mendes, Fernando Catroga, *História da História...*, “Da historiografia...”, vol II, 1998, p. 116. O sublinhado é da minha autoria.

Precocemente, e a propósito do ministro, Pimenta referiu que “ (...) Pombal não foi nem o monstro que algumas pessoas procuraram criar, nem foi o estadista de génio que uma opinião irresponsável apregoa”<sup>61</sup>. Quanto à sua Monarquia de “tábua-rasa”, expressão frequentemente utilizada pelo sector tradicionalista para denominar o Absolutismo Pombalino, Pimenta, como que desculpando a sua acção, deixou escrito: “para ele, a nação não existia: nem para ninguém daquela época. Só uma coisa havia: a Realeza – majestática, soberana, produto de uma concepção exclusivista, que divinizava a pessoa dos Reis. À força de a querer defender, o Marquês cavou-lhe a ruína. O Marquês? Não. A doutrina, a teoria, a ideia que o Marquês serviu. Essa doutrina serviu a Revolução; mas não o fez intencionalmente, conscientemente. Esqueceu que o Rei precisa de uma Nobreza que o cerque e se lhe dedique. Pombal isolou o Rei, não para servir a Revolução que se aproximava, mas por amor do próprio Rei”<sup>62</sup>.

No seu *Compêndio de História de Portugal* para o ensino secundário, publicado em 1938, António Mattoso permaneceu numa consideração essencialmente negativa do Marquês, o que, entre outros motivos de carácter histórico-ideológico, despertou uma polémica com outro historiador do regime, Afonso Martins, a respeito de uma crítica feita por este na revista *Liceus de Portugal* ao seu *Compêndio*<sup>63</sup>.

#### **A “História Negra”: O Liberalismo e a República**

Para António Sardinha e para os historiadores integralistas que se lhe seguiram, este período foi o mais desastroso que Portugal alguma vez conheceu em toda a sua história.

Correspondente a tudo quanto a doutrina integralista negava e abominava em termos políticos e doutrinários, a Revolução Francesa, a Revolução Liberal de 1820 e a instauração da República em 1910 foram tomadas como acontecimentos terríveis, desastrosos para a Nação, que importava dar a conhecer aos estudantes de modo a que estes tivessem uma impressão essencialmente negativa.

Embora não fazendo parte da História de Portugal, a Revolução Francesa foi tida como a grande causa da degradação nacional pois, associada às Invasões Francesas e a toda a turbulência e instabilidade que estas causaram no país dominado, colocou tanto a independência como o orgulho nacional em risco.

Curiosa é a comparação entre a Inquisição e a Revolução Francesa elaborada por Alfredo Pimenta, onde pretendeu provar que a segunda fora muito mais violenta que a primeira: “desde 1549 a 1732, foram presentes nos três tribunais da Inquisição do continente, vinte e quatro mil quinhentas e vinte e duas pessoas.

<sup>61</sup> Alfredo Pimenta, *Elementos da História de Portugal* de 1934, para o ensino secundário. Cf. *Idem, ibidem*, p. 119.

<sup>62</sup> Alfredo Pimenta, *Elementos...*, *idem, ibidem* p. 120.

<sup>63</sup> *Idem, ibidem*, pp. 135-141.

Destas, sofreram a pena da fogueira – mil quatrocentas e cinquenta e quatro, ou seja, cinco pessoas por ano, números redondos. Cinco pessoas condenadas à pena última, por ano – e pelos crimes da alçada da Inquisição, bigamia, pecado nefando, blasfêmia, cristãos-novos que abjuraram, bruxos e feiticeiros – não é coisa de fazer arrepiar ninguém, se repararmos em que a Revolução Francesa, por exemplo, no curto espaço de tempo que vai de 6 de Abril de 1793 a 27 de Julho de 1794, quer dizer em quinze meses, vitimou em toda a França, um mínimo de doze mil pessoas”<sup>64</sup>.

Todos os motivos contribuíram para denegrir os ideais liberais, tanto na sua forma constitucional como monárquica. Estes foram introduzidos no País pelo estrangeiro invasor, concluindo de vez o que tinha sido iniciado pelo Marquês de Pombal com a sua Monarquia Absoluta, isto é, a destruição da sociedade tradicional e da unidade nacional, próprias do povo português; por ser baseado num ideal estrangeiro (neste caso, francês, sendo logo apelidado, em sentido pejorativo, de maçónico e jacobino), o movimento liberal foi tomado como antinacional, apatriótico, contrário aos interesses nacionais devido ao seu partidarismo corrupto e defensor de interesses individuais; os seus líderes, igualmente considerados “desnacionalizados” e traidores à Pátria<sup>65</sup>; todo o processo de liberalização foi caracterizado pela constante desordem, anarquia e violência que lhe são típicas; a invocação dos direitos de igualdade foi feita por pessoas invejosas que ansiavam as riquezas alheias, desrespeitando assim o princípio da cooperação de classes; o liberalismo, por ser laico, negou todos os valores morais fornecidos pela religião cristã, sendo portanto um ideal sem valores, desumano e “diabólico”<sup>66</sup>, o que estava em pleno desacordo com os costumes portugueses, entre inúmeras outras considerações negativas.

O advento da República também não escapou à crítica, a começar pelo “repugnante” regicídio. As poucas figuras reconhecidas pelos historiadores do regime foram Sidónio Pais, símbolo do reforço da autoridade na “sangrenta” República, e os aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho, cuja travessia pelo

---

<sup>64</sup> Alfredo Pimenta, *Elementos... idem, ibidem*, p. 119.

<sup>65</sup> O mártir Gomes Freire de Andrade, tão caro aos liberais por ter sido considerado o “herói da liberdade”, foi apontado por Sardinha, segundo António Ventura, como desnacionalizado, desenraizado, maçónico, estrangeirado, traidor, além de ter sido um militar indisciplinado e irresponsável. Veja-se António VENTURA, “António Sardinha...” in *Estudos sobre história...*, 2004, p. 221. No entanto, António Paulo OLIVEIRA, em nota de rodapé do seu artigo, *Da filosofia política...* (no prelo), p. 14, desfaz o engano tomado por Ventura. O artigo original acerca de Gomes Freire de Andrade foi da responsabilidade de António Rodrigues Cavalheiro, e não de Sardinha. Veja-se também p. 15 do artigo citado.

<sup>66</sup> “É o Diabo à solta – o diabo do individualismo anárquico, da mentirosa e desastrosa soberania do povo, da ‘Revolução satânica!’”, João Ameal, *História de Portugal* (para o público em geral) publicada em 1940. Cf. Luís Reis TORRAL, *História e ideologia*, 1989, p. 156. O discurso passado para os manuais escolares não foi tão agressivo, no entanto a ideologia permaneceu essencialmente a mesma.

Atlântico rumo ao Brasil simbolizou a epopeia dos Descobrimentos na sua forma moderna.

Mas a dedicação à época contemporânea e às temáticas oitocentistas, aliadas ao que os tradicionalistas denominam de “estúpido séc. XIX”, não foram muito aprofundadas nem alongadas nos compêndios, fazendo somente breves referências ao que de negativo continha o ideal liberal. Os historiadores, não propriamente interessados em atacar o passado nacional<sup>67</sup> preferiram, sem estranheza, dedicar-se ao Portugal Medieval e aos Descobrimentos, que remetiam para um passado correspondente à “época dourada” da Nação.

E, entre esta história passada e a história futura, estava a Revolução de 28 de Maio de 1926 e o Estado Novo de Salazar, que, retomando o rumo tradicional da Pátria interrompido pela afirmação dos ideais liberais, novamente projecta o País para os mais altos desígnios civilizacionais.

“Portugal encontrou, de novo, a linha da sua missão civilizadora, e crê ardentemente que, pelo valor dos seus filhos e supremos desígnios da Providência, o seu lugar no mundo foi determinado para altos feitos. Estamos certos de que assim será, para maior glória e prestígio deste luminoso país onde a terra se acaba e o mar começa”<sup>68</sup>.

## Conclusão

Tendo sido essencialmente o “negativo” da historiografia liberal, cujo objectivo foi a discreta e dissimulada veiculação da ideologia do Estado, a historiografia integralista e salazarista não tornou possível a formação científica de historiadores no seu tempo de vigência.

Seguiu, no entanto, um discurso histórico próprio.

De que maneira se processou esse mesmo discurso? Em primeiro lugar, foi um discurso de *permanência* que invoca a imutabilidade e a continuidade dos comportamentos e dos valores tradicionais; um discurso *providencial*, pois Portugal foi investido de uma missão apostólica, em que as suas figuras, pretendendo a realização de um fim superior, foram movidas pela Fé católica e pelo desejo de a expandir; foi, por conseguinte, *etnocêntrico*, como que a cultura portuguesa fosse única e original, distante de toda a influência estrangeira; *maniqueísta* no sentido em que a interpretação da história nacional, por não ser neutral, distinguiu períodos gloriosos de períodos obscuros, estes, os que não se enquadraram na referida ideologia. Consequentemente distinguiram-se os “bons” dos “maus” portugueses; este maniqueísmo também dotou a História de um discurso *descontínuo* pois, ao proceder à distinção entre diferentes épocas sem a preocupação em se

<sup>67</sup> Veja-se o artigo 4º do decreto de 7 de Abril de 1932 de Gustavo Cordeiro Ramos.

<sup>68</sup> *Leituras para o Ensino Primário*, Quarta Classe, Augusto Pires de Lima e Américo Pires de Lima, citação extraída de Maria de Fátima BIVAR, *Ensino primário e ideologia*, 1975, p. 77.

aprofundarem os factos que permitiram a transição de um período para o outro, o passado nacional foi como que “cortado” em diferentes partes, separado, não apresentando uma linha de continuidade; é também uma história *centrada num indivíduo em particular* (chefe, rei, santo ou outro herói que, pela sua boa conduta, serve de exemplo aos demais), onde todas as grandes tomadas de acção, as iniciativas e resultados foram atribuídos a uma personalidade só, essencialmente o Rei, o Chefe, ou algum vassalo directamente ao seu serviço, passando completamente despercebidos os feitos de grupos ou de comunidades.

E é assim que, através da institucionalização de uma “história única” que serve os denominados “interesses nacionais”, a memória histórica oficial é transformada em memória histórica nacional, não susceptível de se ver questionada.

## Bibliografia

- ANDRADE, Luís Oliveira, *História e Memória; A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, Coimbra, Minerva – História 21, 2001.
- BERNARDO, João, *Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.
- BIVAR, Maria de Fátima, *Ensino primário e ideologia*, Lisboa, Coleção Educação e Ensino, Seara Nova, 1975.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel, “Contar a História, usar a História” in *Boletim da Associação dos Professores de História*, Janeiro de 1983, nº 5.
- “Poder e Memória nacional. Heróis e vilões na mitologia salazarista” in *Penélope – fazer e desfazer a História*, (dir.) A. M. Hespanha, Edições Cosmos, nº 15, 1995.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do ensino em Portugal; desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CRUZ, Manuel Braga da, “O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 13-74.
- “A revolução nacional de 1928: da Ditadura Militar à formação do Estado Novo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 75-100.
- *O Partido e o Estado no salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2006.
- MATOS, Sérgio Campos, *História, mitologia, imaginário nacional: a História no curso dos liceus (1895 – 1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- MÓNICA, Maria Filonema, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (a escola primária salazarista: 1926 – 1939)*, Porto, Editorial Presença / Gabinete de Investigações Sociais, Coleção Análise Social, 1978.
- NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo*, s/l., Civilização Editora, 2000.
- *Salazar: A mocidade e os princípios (1889 – 1928)*, vol. I, Porto, Civilização Editora, 2000
- NÓVOA, António, “A ‘Educação Nacional’”, in *Nova História de Portugal*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, “Portugal e o Estado Novo (1930 – 1960)”, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 455-519.
- NUNES, João Paulo Avelãs e Maria Paula Martins Neves, “A imagem da Revolução Francesa em Portugal”, in *Penélope – fazer e desfazer a História*, (dir.) A. M. Hespanha, Edições Cosmos, nº 6, 1991.
- OLIVEIRA, António Paulo, *Da filosofia política à cultura nacionalista; a segunda série da Nação Portuguesa (1922 – 1923)*, (no prelo).
- OTERO, Paulo, *A Democracia Totalitária: do Estado Totalitário à Sociedade Totalitária; a influência do Totalitarismo na democracia do séc. XXI*, Cascais, Editora Príncípia, 2001.

PROENÇA, Maria Cândida, Luís Vidigal e Fernando Costa, *Os Descobrimentos no imaginário juvenil (1850 – 1950)*, Lisboa, Coleção Outras Margens, 2000.

REBELO, José, *Formas de legitimação do poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, 1998.

ROSAS, Fernando, "Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a 'longa marcha' de Salazar" in *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, "O Estado Novo (1926 – 1974)", vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 150-241.

- "As Grandes Linhas da Evolução Institucional" in *Nova História de Portugal*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, "Portugal e o Estado Novo (1930-1960)", vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 86-143.

SARAIVA, José Hermano, "O Estado Novo" in *História de Portugal* (dir.) José Hermano Saraiva, vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 135-165.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, "A Primeira República (1910 – 1926)", vol. XII, "História política, religiosa, militar e ultramarina", s/l., Editorial Verbo, 1989.

- *História de Portugal*, "Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926 – 1935)", vol. XIII, s/l., Editorial Verbo, 1997.

TORGAL, Luís Reis, José Maria Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal, sécs. XIX – XX*, "A História através da História", vol. I, s/l., Temas e Debates, 1998.

- *História da História em Portugal, sécs. XIX – XX*, "Da historiografia à memória histórica", vol. II, s/l., Temas e Debates, 1998.

TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*, Coimbra, Minerva – História 3, 1989.

VENTURA, António, "António Sardinha: mitologia integralista e revisão da História de Portugal" in *Estudos sobre história e cultura contemporâneas de Portugal*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004, pp. 209-221.

YVES, Léonard, *Salazarismo e Fascismo*, s/l., Editorial Inquérito, 1998.